

O NOVO ENSINO MÉDIO NOS ESTADOS DO CEARÁ, DE GOIÁS E DO PARANÁ: EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS

Carolina Esther Kotovicz Rolon

Pesquisadora bolsista do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea); e pesquisadora colaboradora do Centre de Recherche Émile Durkheim.

E-mail: carolina.rolon@ipea.gov.br.

DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2945-port>

Este estudo investigou o trabalho realizado pelas redes estaduais do Ceará, de Goiás e do Paraná na implementação da reforma do ensino médio, aprovada em 2017 para entrar em vigor gradualmente, começando pelas turmas de 1º ano em 2022. O processo de tradução das diretrizes nacionais para as realidades locais, adaptando-as à estrutura das redes de ensino, buscando-se soluções e parcerias para levar as mudanças exigidas às salas de aula, foram pontos centrais da análise. Para tanto, realizou-se pesquisa de campo com gestores responsáveis pelo ensino médio nas secretarias de educação dos três estados, e, além disso, com diretores, professores e alunos de ao menos duas escolas estaduais em cada Unidade da Federação selecionada.

A controversa reforma suscitou reações contrárias quando da sua edição em 2016, que reascenderam em 2023 com a posse do novo governo federal. A mudança da estrutura do ensino médio foi proposta em 2016, como resposta à estagnação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em 3,7 no ensino médio, entre 2011 e 2015. A reforma propõe diversificar o currículo, fortalecer a interdisciplinaridade e incluir componentes que permitiriam aos jovens construir seu *projeto de vida*, engajar os alunos nos estudos e, assim, melhorar seu aprendizado e reduzir a evasão. Como citado no início deste parágrafo, a solução adotada suscitou controvérsias.

As dificuldades em implementar as mudanças e a necessidade de diálogo com professores e alunos foram destaques nos estudos sobre a reforma. Buscando contribuir nesse debate, realizamos uma pesquisa empírica, baseada em entrevistas semiestruturadas com gestores responsáveis pela implementação do novo modelo nos estados do Ceará, de Goiás e do Paraná e com os diretores, coordenadores, professores e alunos das escolas selecionadas do Ceará, de Goiás e do Paraná.

As adaptações dos currículos nos estados pesquisados levaram a três modelos diferentes do novo ensino médio. Nos três estados, o tempo dedicado à formação básica é mais importante no 1º ano do ensino médio, e o núcleo de flexibilização aumenta ao avançar o nível de ensino. Todavia, as arquiteturas curriculares divergem quanto à oferta de trilhas e componentes curriculares eletivos. Os currículos dos estados do Ceará e de Goiás preveem a oferta de componentes curriculares eletivos livres, dando liberdade às escolas para adaptarem o currículo às especificidades das demandas locais. Por seu turno, a rede paranaense optou por não ofertar eletivos livres, privilegiando uma oferta dirigida pela secretaria.

Os gestores e os diretores, professores e alunos das escolas que participaram da pesquisa relataram dificuldades em alocar os alunos nas turmas da parte diversificada do currículo.

SUMEX

As redes realizaram pesquisas para conhecer as escolhas de itinerários dos alunos, mas limitações físicas não permitiram acomodar todas as turmas de sua predileção, ou ofertar todas as escolhas. A ansiedade de alunos quanto à escolha do itinerário formativo e a possibilidade de revertê-la são fatores que merecem atenção.

Outro desafio para implementar o novo ensino médio advém da necessidade de informar e formar a rede, e mudar efetivamente as práticas docentes, favorecendo a interdisciplinaridade na diversificação do currículo. As secretarias de educação do Ceará, de Goiás e do Paraná se estruturam para proceder às formações de professores, apostando no “efeito cascata”, com coordenações por área do conhecimento, e responsáveis por áreas em cada escola incumbidos de transmitir aos seus pares os conteúdos por eles recebidos em formações com a equipe das secretarias. As redes pesquisadas realizaram encontros presenciais, *lives* e webinários destinados à formação de seus professores.

Visando apoiar as escolas na adaptação ao novo modelo, o Ministério da Educação (MEC) criou os programas Dinheiro Direto na Escola Novo Ensino Médio (PDDE-NEM) e Itinerários Formativos (PDDE-IF). As escolas selecionadas para a pesquisa empírica que serve de fonte para este *texto para discussão* receberam recursos do PDDE-NEM. Indagados a respeito, gestores e diretores afirmaram que os recursos recebidos são valiosos, mas insuficientes. Uma queixa comum recaiu sobre a falta de um aporte sazonal às escolas. O modelo de gestão participativa dos recursos do PDDE foi bem avaliado; por sua vez, as regras de utilização e de prestação de contas foram consideradas muito burocráticas e engessadas.

Na visão dos professores, diretores e gestores, os principais desafios para a implementação do novo ensino médio são operacionais e de aceitação da comunidade escolar. Por exemplo, foram mencionadas dificuldades para

se organizar o transporte escolar incluindo-se a sexta aula na grade do ensino, e para as equipes de professores e pedagogos aplicarem a interdisciplinaridade em sala de aula. Pais e alunos manifestaram resistências que precisaram ser trabalhadas. No entanto, os diretores e professores se mostraram, na maioria, animados com as experiências de diversificação curricular.

A principal preocupação manifestada sobre o novo ensino médio diz respeito às desigualdades escolares. Alunos temem não estar preparados para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); professores se mostraram receosos de que as escolas privadas contem com recursos mais robustos para ofertar a flexibilização curricular, aumentando as desigualdades entre as redes. De acordo com professores entrevistados, a concorrência desigual poderia colocar em xeque o trabalho por eles realizado de preparar seus alunos para conquistar vagas no ensino superior.

As experiências compartilhadas por gestores, diretores, professores e alunos das redes estaduais de educação dos estados do Ceará, de Goiás e do Paraná são fontes valiosas para entender como as diretrizes nacionais para o ensino médio foram traduzidas para as realidades locais. Estas experiências revelam a tensão constante entre liberdade de ensino e igualdade de condições da oferta escolar potencializada com a introdução da diversificação curricular. Implementar a diversificação e a interdisciplinaridade que ela promete foram desafios relatados pelos entrevistados, e apontam para ajustes necessários na oferta da base comum e na parte diversificada do currículo. A perspectiva da expansão da carga horária é importante para garantir tanto uma formação básica comum robusta, quanto a oportunidade de aprofundamento em temas que interessam aos jovens e dizem respeito à sua realidade, cumprindo-se assim os objetivos de melhorar os índices de aprendizagem e reduzir as taxas de abandono escolar.